

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO 892.107 PARAÍBA**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. ROBERTO BARROSO</b>
<b>RECTE.(S)</b>	<b>: JOSE RIBAMAR DE OLIVEIRA SILVA E OUTRO(A/S)</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: RODRIGO ALBUQUERQUE DE VICTOR E OUTRO(A/S)</b>
<b>RECDO.(A/S)</b>	<b>: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL FEDERAL</b>

**DECISÃO:**

Trata-se de processo em que se discute a possibilidade de se emprestar o caráter de revisão geral anual à vantagem pecuniária individual concedida a servidores públicos federais pela Lei nº 10.698/2003.

O Plenário Virtual do Supremo Tribunal Federal, ao julgar o ARE 800.721-RG, sob a relatoria do Ministro Teori Zavascki, assentou a ausência de repercussão geral da matéria. Veja-se, por oportuno, a ementa do referido acórdão:

“PROCESSUAL CIVIL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. LEI 10.698/03. CONCESSÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA INDIVIDUAL. OFENSA AO ART. 37, X, DA CF. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL.

1. A controvérsia relativa à incorporação, a vencimento de servidor, do reajuste de 13,23% sobre sua remuneração é de natureza infraconstitucional, já que decidida pelo Tribunal de origem com base nas Leis 10.697/03 e 10.698/03, não havendo, portanto, matéria constitucional a ser analisada.

2. É cabível a atribuição dos efeitos da declaração de ausência de repercussão geral quando não há matéria constitucional a ser apreciada ou quando eventual ofensa à Constituição Federal se dê de forma indireta ou reflexa (RE 584.608 RG, Min. ELLEN GRACIE, Pleno, DJe de 13/03/2009).

3. Ausência de repercussão geral da questão suscitada, nos termos do art. 543-A do CPC.”

**RE 892107 / PB**

Diante do exposto, com base no art. 543-A, *caput*, § 5º, do CPC e no art. 21, § 1º, do RI/STF, indefiro liminarmente o recurso extraordinário.

Publique-se.

Brasília, 15 de outubro de 2015.

**Ministro LUÍS ROBERTO BARROSO**

Relator